

ESTRATÉGIAS E AÇÕES DO ESTADO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UM ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE ITABUNA-BA

Alan Azevedo Pereira dos Santos¹

RESUMO

O espaço urbano é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por diversos agentes que produzem e consomem o espaço. É o Estado um dos principais agentes dessa produção, haja vista as diversas atuações desse agente na sociedade. Baseado nesta proposição, o presente trabalho tem por objetivo contribuir para uma reflexão acerca da produção do espaço urbano no município de Itabuna através das ações do Estado, em seu nível político administrativo estadual, desde a década de 70 aos dias atuais, traçando um paralelo entre as intervenções realizadas e seus reflexos no processo de urbanização bem como no estabelecimento de novas configurações espaciais. Dentre estas intervenções, destaca-se o estímulo ao desenvolvimento industrial do município, propiciado em dois momentos distintos, nas décadas de 70 e de 90, respectivamente, como forma de dinamizar a economia local e diminuir a dependência gerada pela atividade cacauceira que entra em declínio no final dos anos 80.

Palavras-chave: Produção do Espaço Urbano, Indústria, Transformações Espaciais.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por diversos agentes que produzem e consomem o espaço (CÔREEA, 2003). É o Estado um dos principais agentes dessa produção, haja vista as diversas atuações desse agente na sociedade.

Para Ultramari e Moura (1994, p. 39), o processo de produção do espaço urbano resulta da interação de três elementos:

[...] o capital, determinando o custo da terra e impondo a necessária concentração de atividades e de mão-de-obra para sua própria reprodução e acumulação [...].

¹ Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Bolsista CNPq. E-mail: alan.geouesc@gmail.com

[...] o Estado, representado pela ação do poder público, tentando propiciar serviços e condições básicas para a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho, garantindo, assim, o fluxo da economia [...].
[...] a força de trabalho, que é quem ocupa e vive a desordem que é a periferia [...].

Como complementa Damiani (1999, p. 48), “para se compreender as contradições no espaço deve-se levar em conta as regras do mercado, o desenvolvimento da indústria e as formas de atuação do Estado. O espaço não tem poder em ‘si mesmo’, nem o espaço enquanto tal determina as contradições espaciais”.

Segundo Corrêa (2003, p. 24) “o Estado atua diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos”. Essas novas funções urbanas assumidas pelo Estado devem-se às grandes mudanças estruturais, econômicas, políticas e populacionais ocorridas durante o século XX.

Vale salientar que a ação do Estado processa-se em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. Tendo em cada um destes níveis ações/atuações diferentes, assim como o discurso que encobre os interesses dominantes. Dessa forma a hegemonia da classe capitalista é renovada através dos efeitos da força normatizadora da intervenção estatal no espaço, como fundamentou Gottdiener (1997).

Assim, o presente trabalho tem por objetivo contribuir para uma reflexão acerca da produção do espaço urbano no município de Itabuna através das ações do Estado, em seu nível político administrativo estadual, desde a década de 70 aos dias atuais, traçando um paralelo entre as intervenções realizadas e seus reflexos no processo de urbanização bem como no estabelecimento de novas configurações espaciais. Dentre estas intervenções, propõe-se analisar as ações do Estado voltadas para o estímulo ao desenvolvimento industrial do município, propiciado em dois momentos distintos, nas décadas de 70 e de 90, respectivamente, como forma de dinamizar a economia local e diminuir a dependência gerada pela atividade cacaueteira que entra em declínio no final dos anos 80.

A Criação do Distrito Industrial de Itabuna - Década de 70

Sua fonte de riqueza
No estado é sem rival
E muito breve terá
Inteirando sua beleza
Grande parque industrial.

Nicolau Midlej

A dinâmica econômica e social da região sul da Bahia esteve fortemente atrelada à atividade cacauera. A elevada rentabilidade obtida com esse cultivo, em meados do século passado, e as condições edafoclimáticas favoráveis impulsionaram a rápida expansão dessa monocultura e a consolidação da agroindústria do cacau nessa região. A cidade de Itabuna não fugiu a regra, surgiu funcionalmente comercial, tendo a cultura cacauera como a base de sua economia. Isso explica o fato de Itabuna apresentar um processo de industrialização lento, que segundo alguns analistas é atribuído, em parte, à inércia empresarial, ou seja, à falta de espírito empreendedor em prol da diversificação das atividades econômicas, crença de que a região se bastava com a monocultura do cacau, além da falta de infra-estrutura, principalmente estradas, energia e abastecimento de água (GARCEZ & FREITAS, 1975). Afirma Oliveira (2005) que:

Em 1978, Itabuna tinha uma estrutura industrial baseada principalmente em pequenas indústrias de tijolos, telhas, blocos de cimento, vinagre, confecções, café, colchões de mola, móveis e outras, sediadas na sede (Itabuna) e sem nenhuma projeção para além das fronteiras do município (OLIVEIRA, 2005, p. 107-108).

E mais:

O processo de incorporação de novos equipamentos industriais à economia do Município de Itabuna desenvolve-se, de maneira mais estruturada, a partir de 1978 quando da implantação do Distrito Industrial, cuja criação teve como responsáveis diretos a agência de planejamento regional (SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e os governos estadual e municipal que, mediante a adoção de uma política de concessão de incentivos, além de outros benefícios, conseguiu atrair importantes investimentos [...] (OLIVEIRA, 2005, p.108).

As estratégias adotadas pelo Estado para promover a industrialização de Itabuna fundamentou-se nas melhorias infra-estruturais, na concessão de incentivos fiscais e na

criação do Distrito Industrial, segundo afirma Oliveira (2005). A autora diz ainda que Itabuna

[...] foi contemplada com alguns investimentos industriais externos (exógenos) a partir de 1978, sendo os principais a Companhia Produtora de Alimentos - Nestlé Itabuna; Postes Nordeste S. A; MADEL - Exploração e Comércio de Madeira Ltda.; e CAR - Indústria de Carroceria de Ônibus Ltda. Na década de 80 novas indústrias foram implantadas com investimentos internos (endógenos) (OLIVEIRA, 2005, p.108).

O Distrito Industrial de Itabuna possui uma área absoluta de 3.850.227m², e uma localização estratégica, tendo como principal via de comunicação a BR-415 que se interliga à BR-101. A malha rodoviária oportuniza melhor acesso ao interior da Microrregião Itabuna-Ilhéus e às demais regiões da Bahia, à capital do Estado (Salvador), assim como ao Centro-Sul e Norte-Nordeste do país, facilitando o recebimento das matérias-primas - provenientes da região e de áreas externas a esta - e o escoamento dos produtos industriais aí produzidos (OLIVEIRA, 2001).

No capitalismo a produção e o desenvolvimento do urbano vinculam-se à instalação e ao crescimento (direto ou indireto) da atividade industrial e das atividades que a indústria cria. Com o surgimento do fenômeno industrial, o urbano muda de conteúdo (CARLOS, 1994, p.100).

Na década de 70 quando foi implantado o Distrito Industrial, Itabuna já contava com mais de 83% de urbanização e uma densidade demográfica já muito elevada, alcançando na década seguinte uma densidade demográfica de 92.55%. Isso confirma que a urbanização acelerou-se pelas transformações ocorridas nos setores industrial, financeiro e de serviços, que necessitam e desenvolvem uma base urbana; assim, “o processo de urbanização está submetido às leis da acumulação capitalista, daí a estreita relação entre estas e o processo de urbanização” (CARLOS, 1994, p.29). Na sua configuração urbana Itabuna era marcada pelas espacialidades específicas relacionadas às classes sociais distintas, tendo o Estado como principal regulador social. A melhoria da infra-estrutura urbana, relativa principalmente a vias de transporte, não tinha objetivo de atender à população crescente, mas sim se configurar em um atrativo a mais para garantir a consolidação do Distrito Industrial, como de fato ocorreu.

A Crise Econômica da Cacaucultura e a Segunda Fase de Investimentos Industriais nas décadas de 80 e 90

Após um longo período de crescimento econômico tendo como base a atividade cacaeira, e que se prolongou por quase dois séculos, a região Sul da Bahia acumulou dívidas, desordem nas finanças públicas municipais, baixos níveis de emprego e de renda para a grande maioria da população. Para Menezes e Carmo-Neto (1993), a crise da lavoura cacaeira foi consequência da infeliz coincidência de vários fatores adversos como quedas sucessivas da produção, decorrentes de irregularidades climáticas ocorridas entre 1987 e 1993, que coincide com período de excedentes mundiais de produção, níveis elevados de estoques, condicionado à longa permanência de baixos preços praticados no mercado mundial, entre outros fatores. Toda essa gama de aspectos de natureza conjuntural somado à crise de natureza estrutural, cujo condicionante era o modelo primário exportador da monocultura do cacau e especialmente a resistência dos produtores em diversificar seus cultivos, provocaram um processo de reestruturação da economia regional modificando, sobremaneira, sua dinâmica.

Assim, a crise da atividade cacaeira ocasionou mudanças significativas na paisagem agrária e na dinâmica econômica regional, com o aparecimento de novas formas de organização do trabalho, inovações tecnológicas, diversificação produtiva e significativas alterações na comercialização e no mercado do cacau. (GOMES et. al. [s.d.], p.2).

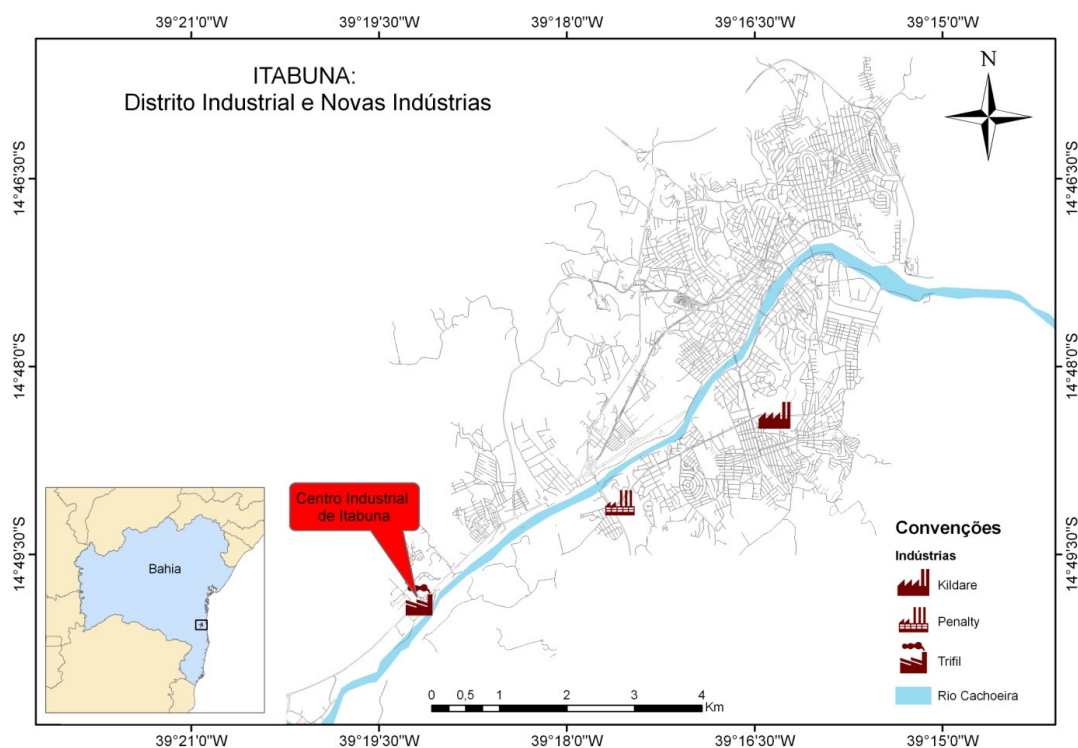
O município de Itabuna, sob o impacto da crise econômica da cacaucultura, viu crescer de maneira intensa a sua população urbana, resultante do êxodo rural, com uma taxa de urbanização para o ano 1991 em torno de 96% segundo dados do IBGE. Essa massa de trabalhadores despreparados profissionalmente, não encontrando emprego, foi morar nas periferias da cidade, acentuando com isso o processo de favelização.

Durante os primeiros anos da década de 1990, a economia Itabunense dava mostras preocupantes de estagnação, coincidindo com o período em que havia uma política recessionista por parte do Governo Federal, com o intuito de barrar a inflação que crescia assustadoramente, reduzindo o nível de consumo e a circulação de riqueza.

Essa realidade só vai sofrer uma alteração mais significativa a partir da segunda metade dos anos 90, quando o Programa Estratégico de Desenvolvimento Industrial da

Bahia (redimensionado em 1998), coloca a cidade de Itabuna como possível receptora de investimentos industriais, somando-se a outros pólos no Estado, como o de Vitória da Conquista, Ilhéus, Jequié, Itapetinga (OLIVEIRA, 2001).

Essa política de interiorização de investimentos industriais, associada a uma reedição da política de concessão de incentivos fiscais, além de outros fatores, permitiu que novas indústrias fossem implantadas em Itabuna a partir da segunda metade da década de 1990. São indústrias exógenas, tradicionais (setores calçadista e de confecções) como é o caso da Itabuna Têxtil Ltda. - Tri Fil; Indústria de Calçados Itabuna - Kildare e Cambuci S.A. – Penalty (OLIVEIRA, 2001). Segundo Milton Santos (2003, p.18): “As empresas (de calçados) que instalaram unidades produtoras na Bahia são, em geral, verticalmente integradas e dependentes de suas matrizes no Sul e no Sudeste [...]”. Todas estas indústrias estão localizadas fora do distrito industrial (MAPA 1), em bairros da cidade como o Jaçanã, Santo Antônio, Nova Itabuna, por escolha dos investidores que trabalham com a lógica de que, estando próximos às grandes concentrações de mão-de-obra, normalmente localizadas na periferia das cidades, possam obter mais ganhos que diminuam os seus custos operacionais (OLIVEIRA, 2001).



MAPA 1 - Localização do Distrito Industrial e novas indústrias em Itabuna-BA.

Fonte: Prefeitura Municipal de Itabuna, 2007.

A atuação do Estado enquanto produtor do espaço urbano não se resume às concessões de infra-estruturas funcionais, baseadas em políticas de articulação e desenvolvimento. O Estado capitalista em si produz e reproduz o espaço urbano de forma integrada à produção e reprodução do capital. O viés Estadual da produção do espaço urbano é acima de tudo econômico, entremeadado de investimentos em serviços públicos que o mascaram, conforme Marques e Bichir (2001, p. 10):

[...] o Estado seria o responsável pela reprodução geral da dinâmica capitalista, tarefa que ele cumpriria através de investimentos produtivos para auxiliar a acumulação (viabilizando tanto a reprodução do capital como a do trabalho) e, ao mesmo tempo, através de gastos públicos que legitimassem a sociedade capitalista, ocultando o seu caráter de classes.

A não neutralidade do Estado é expressa nas ações conflitantes entre os diversos segmentos da sociedade interessados em diferentes modos e resultados do espaço urbano produzido. O processo de industrialização das cidades se dá sob a lógica de trocas entre poder público e privado, tendo o primeiro o papel de criar as condições básicas para que este se estabeleça.

Com a instalação de indústrias em locais estratégicos (periferia urbana de Itabuna), que primam por uma estrutura básica de vias e iluminação e outros serviços, o município de Itabuna conheceu um processo de valorização fundiária, nesses locais, em decorrência da especulação que se instalou (Bairro São Caetano, Bairro Nova Itabuna, Bairro Jaçanã, etc.). Alguns bairros acabaram por expandir-se em função da alocação dos equipamentos industriais, disso devendo-se ressaltar a importância da estratégia de localização na periferia, lugares de maior concentração de pessoas e de mão-de-obra barata. Além disso, a possibilidade de minimização dos custos operacionais das indústrias, somada à possibilidade de eliminar eventuais custos com a mobilidade dos trabalhadores, animava os empreendedores.

Observa-se atualmente que o bairro Nova Itabuna e a Avenida Manoel Chaves, compreendida entre os bairros Jaçanã e São Caetano, onde estas indústrias estão localizadas, foram alvo de transformações estruturais em termos de serviços referentes a transporte coletivo urbano, iluminação pública e pavimentação. A ocupação das áreas próximas a essas indústrias está em pleno desenvolvimento, com especial destaque para

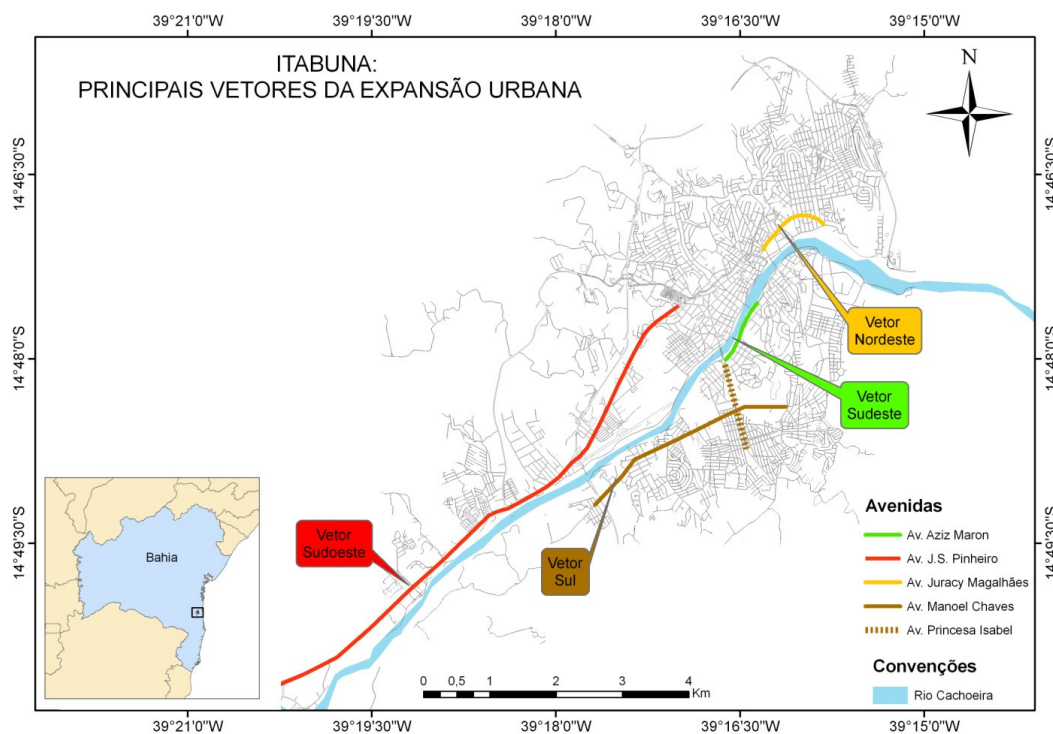
a Avenida Manoel Chaves, onde inúmeros equipamentos e serviços urbanos estão situados.

Intervenções Recentes do Estado na Cidade de Itabuna

Os dois últimos anos da década de 1990 são marcados por significativas intervenções do Estado na área urbana de Itabuna. A duplicação da Avenida José Soares Pinheiro, atual Antônio Carlos Magalhães, foi uma ação estratégica do Estado que visava criar as condições para o desenvolvimento da atividade industrial na cidade, visualizando maior fluidez no escoamento da produção. Nessa perspectiva, vale ressaltar que, em primeiro lugar, as políticas públicas privilegiam o capital privado já que o Estado tem esse setor como seu principal financiador, na forma de arrecadação de impostos (ainda que na fase atual não ocorra por conta das isenções fiscais que são concedidas). Ao longo dessa avenida, onde o trânsito é intenso, porém livre, concentra-se o comércio de material de construção; por esta avenida dá-se o escoamento para as BR 101 e 415. Esta avenida hoje representa o vetor de expansão urbana no sentido sudoeste em direção a Ferradas (MAPA 2).

Outra ação do Estado, que veio atender aos interesses do capital privado, foi a construção do Anel Rodoviário e do Viaduto Paulo Souto (Confluência da BR 101 com a 415). Esta obra facilitou o escoamento da produção das indústrias instaladas na cidade e também permitiu o desafogamento do tráfego de veículos pesados nas áreas centrais da cidade.

A duplicação da ponte César Borges (antiga ponte Lacerda localizada no bairro São Caetano) com recursos do Estado foi outra intervenção muito relevante para a cidade de Itabuna. Essa ponte serve a uma população de mais de trinta mil pessoas, e por ela circula um número expressivo de veículos. Ela dá acesso ao bairro São Caetano que é hoje um bairro praticamente independente, pois oferece diversas opções no ramo de materiais de construção, mercados, padarias, lanchonetes, academias, lojas, livrarias, farmácias, escolas, feira livre. É considerado o segundo centro comercial de Itabuna.



MAPA 2 - Principais vetores da expansão urbana de Itabuna-BA

Fonte: Prefeitura Municipal de Itabuna, 2007.

Nem mesmo a crise do cacau serviu para limitar a vocação de Itabuna como um importante centro de comércio e serviços de saúde e educação da região Sul da Bahia. A cidade funciona como um importante eixo rodoviário, na confluência das BR 101 e 415, com uma população de 210 mil habitantes e uma renda per capita de R\$ 7,5 mil, segundo dados do IBGE para 2005, atraindo para si os excedentes e as demandas remanescentes dos demais municípios, que somam cerca de três milhões de habitantes.

Considerações Finais

O espaço urbano de Itabuna, produzido e reproduzido por agentes diversos, têm na cultura cacauzeira a sua gênese. A atuação do Estado na produção do espaço urbano do referido município se reflete nas relações de trabalho e apropriação espacial, ditando regras de uso e condicionando os investimentos públicos em infra-estruturas. Verifica-se que o fomento às indústrias, através de incentivos fiscais, constitui a prática do governo estadual no que tange à produção do espaço urbano em todo o território baiano. A implantação do distrito industrial, bem como a instalação das indústrias Pênalty, Kildare e Tri Fil em Itabuna, acabaram por promover a expansão e a ocupação espacial,

bem como a valorização de terrenos urbanos com a atração de estruturas básicas e equipamentos urbanos em bairros entremeados por vazios.

Promovidos articuladamente por agentes diversos, as transformações no espaço urbano de Itabuna seguem o modelo de reprodução do Estado capitalista, revelado primeiro pela atividade agrícola e comercial, seguido do advento da indústria. A polarização regional do Município, fruto e razão dos investimentos alocados, tais como serviços educacionais e de saúde, atrai fluxos de pessoas, informações e mercadorias que produzem e consomem o espaço urbano de formas e intensidades diferenciadas. O Estado tem atuado de forma estratégica na produção do espaço urbano de Itabuna e essa atuação provocou inúmeras mudanças espaciais ao longo dos anos. Itabuna chega ao século XXI apresentando o maior índice de urbanização regional e com graves problemas sociais, tais como favelização, desigualdade social, pobreza e miséria.

Referências bibliográficas

ANDRADE, M. A.; ROCHA, L. B.; OLIVEIRA, C. G. S. de. **De tabocas a Itabuna - Um estudo histórico Geográfico**. Ilhéus: Editus, 2005.

CARLOS, A. F. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CORRÊA, R.L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

DAMIANI, A. L. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. **O espaço no fim do século – ano nova raridade**. São Paulo: Contexto: 1999.

GARCEZ, A. N.R.; FREITAS, A. F. G. **História econômica e social da região cacauera**. Rio de Janeiro: Cruzeiro do Sul, 1975.

GOMES, A. S. et. al. **A Crise da Atividade Cacauera e a Agroindústria do Cacau no Estado da Bahia, Brasil**. Ilhéus. (s.d.).

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1997.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999b.

MARQUES, E.C.; BIRCHIR, R.M. **Estado e Espaço Urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas.** Revista Sociologia Política, Curitiba, v.16, p. 9-29, jun. 2001.

MENEZES, S.; CARMO NETO, D. **A Modernização do agribusiness do cacau.** Salvador: CARGILL, p. 180, 1993 p.

OLIVEIRA, Clarice Gonçalves Souza de. **Novas indústrias em Itabuna e Ilhéus (1980-2000).** Salvador, 2001. 168p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências / Universidade Estadual de Santa Cruz

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2003.

TRINDADE, G. A. **Práticas recentes na gestão do espaço urbano em Itabuna/BA:** Salvador: GeoTextos, vol. 1, n. 1, 2005.

ULTRAMARI, C.; MOURA, R. **Metrópole: Grande Curitiba: Teoria e Prática Curitiba:** IPARDES, 1994.